

"O aumento dos preços das commodities no mundo todo é porque tem mais gente comendo na China, na Índia, na África."

Do presidente Lula em conversa com empresários holandeses, a primeira de uma ofensiva para convencer a UE de que a produção de biocombustíveis não compromete, no Brasil, a produção e o preço de alimentos. Para ele, o aumento de preços deve-se à maior demanda.

Manter o que está dando certo



MARCIO G. P. GARCIA

Segundo reportagem de Cristiano Romero (Valor, 04/04/2008), está em curso no Ministério da Fazenda uma tentativa de construir alternativa que possa evitar o desastre a que supostamente a atual política econômica estaria levando. O diagnóstico é de que a apreciação da taxa de câmbio seria o principal problema, pois estaria estimulando excessivamente as importações, diminuindo a competitividade das exportações e trazendo de volta o fantasma dos déficits nas contas externas. A solução envolveria desvalorização do real, apoio às exportações, redução da taxa básica de juros e aumento do esforço fiscal.

Como o jornalista também registra que a ideia é construir um consenso em torno da alternativa, atrevo-me a tentar contribuir com algumas considerações a respeito tanto do diagnóstico quanto da terapêutica. Alguns reparos importantes ao diagnóstico não podem deixar de ser consensuais, por decorrerem de identidades das contas nacionais. Por exemplo, ainda que o dólar barato seja um fator de estímulo às importações, estas têm crescido a taxas muito elevadas (20,7% em 2007) também como decorrência da expansão

da demanda agregada acima da expansão da oferta agregada. A absorção doméstica (soma do consumo, privado e do governo, com o investimento) expandiu-se 6,9% no ano passado, enquanto o PIB cresceu 5,4%. Visto de outra forma, mais ainda teria que ter crescido o PIB se as importações não tivessem se expandido tanto. Pelo mesmo raciocínio, caso as exportações, que cresceram 6,6%, tivessem crescido mais rápido, seria igualmente necessário maior crescimento do PIB. Como os indicadores de utilização de capacidade instalada e hiato do produto indicam que não há folga significativa na economia, seria muito difícil atender ao aumento da demanda interna sem o grande aumento ocorrido nas importações.

E não se pode esquecer que grande parte das importações é de bens de capital, que representam investimento e aumento da capacidade produtiva da economia brasileira. Alfonso Pastore mostrou evidências inequívocas quanto à associação fortíssima entre importação e taxa de investimento. Períodos nos quais aumentou a taxa de investimento da economia brasileira foram também períodos nos quais as importações cresceram significativamente. Através da importação de bens de capital nosso parque produtivo absorve progresso técnico e aumenta a produtividade da economia. Ou seja, não só a importação permitiu o atendimento à demanda agregada, como ao atender o investimento, vem contribuindo para expansão da capacidade produtiva, o aumento da produtividade e a competitividade dos nossos produtos.

Finalmente, vale registrar que, sem a expansão significativa das importações, a expansão da demanda já teria causado inflação, forçando o Banco Central a agir via aumento de juros. Não parece, portanto, que a taxa de câmbio seja a única responsável pelo forte crescimento recente das importações.

Para acelerar o crescimento e diminuir a probabilidade de crises, há que reduzir o peso dos gastos públicos no Produto Interno Bruto

Cabe esclarecer que a variável de interesse para determinar a competitividade de nossas exportações é a taxa real de câmbio, definida como o preço dos bens produzidos no exterior em termos dos bens produzidos internamente. A taxa real de câmbio depende não só da taxa nominal de câmbio, como também das inflações tanto aqui como no exterior. Por exemplo, embora a Argentina mantenha a taxa nominal de câmbio bastante mais depreciada do que o Brasil, sua taxa de inflação (a verdadeira) também é muito maior que a nossa. Assim sendo, a diferença entre as taxas reais de câmbio dos dois países é bem menor do que entre suas taxas nominais, e é isso que conta.

Não obstante evidências empíricas de associação positiva entre taxa de câmbio real depreciada e crescimento econômico, não é provável que países com baixas

taxas de poupança interna, como o Brasil e Argentina, possam seguir o "modelo asiático" sem as aumentar significativamente. A experiência argentina já mostra que a tentativa de fazer o país crescer com "câmbio alto e juro baixo" parece estar batendo pino. Sem aumentar a taxa de poupança interna, uma eventual experiência de forçar a depreciação do real duraria menos tempo do que a do nosso vizinho do sul, que partiu de elevada capacidade ociosa e tem apresentado taxas de investimento mais elevadas.

É claro que tais condições podem e devem ser mudadas. Aí é que está o potencial ponto forte da proposta da Fazenda: o aumento do esforço fiscal. Há mais de uma década os gastos públicos vêm crescendo a taxas muito superiores à do crescimento do PIB. É mais que chegada a hora de interromper o processo de crescimento incessante de gastos públicos. O Ministério da Fazenda faria muito bem se, ao contrário do que vem fazendo, aumentasse o esforço fiscal. O ideal é retomar os estudos realizados em 2005, patrocinados pelos Ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo.

Também seria bom aproveitar o ensejo para deflagrar uma ideia que o próprio ministro Guido Mantega já defendeu no passado, a política fiscal anticíclica. Em vez de uma meta fixa para o superávit primário, a política fiscal objetivaria atingir uma meta para o superávit primário ajustado pelo ciclo econômico. O superávit primário ajustado pelo ciclo econômico corresponde a superávits primários mais elevados nas fases de expansão da economia, e a

superávits primários mais baixos nas recessões. Como estamos em fase ascendente do ciclo econômico, a adoção da política fiscal anticíclica implicaria aumentar a meta de superávit para 2008. Feito agora, tal aprimoramento da política fiscal não implicaria perda de credibilidade, como poderia ser o caso se tal mudança ocorresse durante recessões.

A redução no crescimento do gasto público abriria espaço para várias mudanças com elevados impactos potenciais sobre o crescimento econômico. A conseqüente queda mais rápida da dívida pública permitiria reduzir as taxas de juros pagas pelo Tesouro, num ciclo virtuoso. Menores gastos públicos ajudariam a política monetária, possibilitando juros mais baixos. Parte da economia fiscal poderia ser usada para reduzir impostos no âmbito da racionalização do sistema tributário ora proposto via reforma tributária, aumentando a eficiência. Menores gastos públicos também ajudariam a depreciar a taxa real de câmbio, ajudando as exportações.

Em suma, para alcançar os objetivos de crescimento sustentado, apoio às exportações, e redução da taxa de juros, a medida mais importante é implementar um já tardio programa de redução do peso dos gastos públicos no PIB. Não é a política monetária, que vem dando bom resultado, que deve ser mudada.

Marcio G. P. Garcia, PhD por Stanford e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>)

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Emenda 29

"A Associação Médica Brasileira regozija-se com a aprovação da Emenda Constitucional 29. Certamente contribuirá para a viabilização do Sistema Único de Saúde no Brasil. Gostaríamos de, nesse momento histórico, cumprimentar os senhores senadores que tiveram a sensibilidade de entender o grave momento pelo qual passa a assistência à saúde do brasileiro, assumindo seus papéis com equilíbrio e consciência. A AMB, em nome de todos os médicos do país, lhes prestam justa homenagem."

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL
Presidente da Associação Médica Brasileira

Serra e Alckmin

"A matéria publicada na edição do dia 10 de abril do jornal Valor intitulada 'Em Natal, Serra critica gestão Alckmin' está totalmente equivocada e desinforma o leitor quando afirma que o governador José Serra criticou seu antecessor Geraldo Alckmin. Tudo o que o governador Serra citou de positivo a respeito do que está sendo feito, o jornal classificou como crítica a Geraldo Alckmin. Os governos passados do PSDB avançaram muito na Educação, na Saúde e na austeridade financeira. A atual gestão cabe avançar e melhorar. Os desafios enfrentados e as metas alcançadas são construídos em cima do que já foi feito. Aliás, para exemplificar, o atual secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, é o mesmo do governo anterior, ele e toda a sua equipe."

BRUNO CAETANO
Secretário de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo

Resposta da Redação: A reportagem baseou-se na íntegra do áudio da palestra feita pelo governador em Natal.

Mídia

"A grande imprensa só se tornou grande e poderosa devido à sua participação na Guerra Fria. Venceram. Não, pelos seus valores éticos e morais, mas, pelas falhas do modelo socialista soviético. Que autoridade tem o capitalismo para falar em direitos humanos, igualdade, democracia? Agora, atacam a China. Uma campanha ridícula que se aproveita da Olimpíada. Meia dúzia faz um protesto e essa mídia dá a impressão que são milhões."

ANTONIO NEGRAO DE SA
negraosa1@uol.com.br

Correção

O preço correto do brinco Madrepérola da Coleção Universo de Carla Amorim é R\$ 7560,00, e não R\$ 6.760, como foi publicado na coluna Blue Chip de 9 de abril.

O centro e a periferia

Há uma década, 70% do comércio mundial estava nas mãos dos países ricos e agora esta proporção é de 60%. Por Javier Santiso

Os mercados financeiros encontram um novo conceito com o qual tentam rir e a queda livre dos rendimentos nos países da OCDE. Agora eles falam de desacoplamento para indicar a maior capacidade de resistência das economias emergentes à crise que desponta a partir dos Estados Unidos. Este conceito, porém — em contradição com o de globalização, também defendido pelos mercados financeiros — é insuficiente na hora de tomar o pulso da mudança tectônica que estamos presenciando.

O que estamos vivendo é uma mudança de época e de paradigma que se assemelha a uma grande transformação, para parafrasear o economista húngaro Karl Polanyi. Os equilíbrios e as riquezas dos países estão se redesenhando a grande velocidade com a emergência de novos países, através da China, Índia, Brasil, México, África do Sul e Rússia, para mencionar as economias de ponta, que emergem a partir daquelas que até antontem eram denominadas países em desenvolvimento.

Esta emergência é o principal evento econômico internacional deste início de milênio. Não se trata de uma espuma passageira, mas de uma onda profunda duradoura. Há 50 anos, as economias da OCDE concentravam 75% do PIB mundial. Agora, sua parcela se aproxima de apenas 55% do PIB mundial. A maior parte do crescimento mundial destes últimos anos se situa nas economias emergentes.

Igualmente, há 40 anos, 100% dos investimentos externos diretos procediam dos países da OCDE; agora, são menos de 85%. Jóias do antigo império britânico, como Corus, Jaguar ou Land Rover, caem umas após as outras nas mãos das antigas colônias das Índias. Há uma década, mais de 70% do comércio mundial estava nas mãos dos países ricos e agora esta proporção é de apenas 60%, e os números continuam apontando para baixo. Em 2007, pela primeira vez, o peso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) igualou o dos Estados Unidos (21% do total mundial para ambos). Neste mesmo ano, os países emergentes já concentravam 85% da população mundial.

Estas mudanças não estão acontecendo de forma abrupta, elas levaram anos para se materializar em equilíbrios completamente diferentes dos que temos presenciado no fim do século XX. A (re)emergência da China, que até meados do século XIX concentrava mais de



30% do PIB mundial, é, sem dúvida, a ponta mais espetacular do iceberg que vem à superfície. Consultorias e bancos de investimento multiplicam as previsões para sondar em que ano a China superará de novo os EUA.

Para a PriceWaterHouseCoopers (PWC) ou o Goldman Sachs, esta data gira em torno de 2025. O economista e historiador Angus Maddison inclusive se atreve a prognosticar um momento mais próximo, em torno do ano de 2015 (ver Angus Maddison, "Chinese Economic Performance in the Long Run" [Desempenho econômico chinês no longo prazo], Paris, Centro de Desenvolvimento da OCDE, 2007). A verdade é que pouco importa a data exata: o que está certo é que a nossa geração presenciara esta mudança tectônica.

Para além da China, o que veremos passar será o vagão de todos os emergentes recuperando o tempo perdido. Em meados do nosso século, segundo a PWC, a Índia provavelmente conseguirá representar cerca de 90% da economia dos EUA. Igualmente, em 2050, o Brasil superará o Japão, ao passo que Rússia, México e Indonésia ultrapassarão a Alemanha. O Vietnã, outro país emergente que desponta rapidamente a partir do Sudeste Asiático, também deveria se aproximar da Itália ou da Espanha em torno destas datas. A partir de 2020, a China provavelmente já será o segundo maior mercado de consumo do planeta, algo que deveria continuar despertando o apetite dos ope-

radores do grande varejo e de todas as empresas voltadas aos serviços.

Para além dos números e dos prognósticos, precisaremos reajustar todos os nossos marcos conceituais e paradigmas. As categorias, no passado clássicas, de países da OCDE versus países emergentes, já são questionáveis. A OCDE conta com um punhado de economias emergentes que pertencem ao clube (México, Turquia e Coreia do Sul). Como se fosse pouco, outras, como Chile, Israel e Rússia, por exemplo, estão, desde 2007, em processo de admissão. Algumas economias do Sudeste Asiático ou do Oriente Médio já ostentam PIB per capita mais elevados que muitos países da OCDE.

Algumas economias do Sudeste Asiático ou do Oriente Médio já ostentam PIB per capita mais elevados que muitos países da OCDE

Por outro lado, economias como Islândia ou Grécia apresentam, nos mercados financeiros, comportamentos de volatilidade ainda recentemente considerados exclusivos dos mercados emergentes. O que estamos presenciando, acima de tudo, é uma descentralização do mundo. Dito de outra forma, o que vivemos agora não é um desacoplamento, mas um realinhamento das riquezas dos países. As re-

lações comerciais, financeiras e industriais entre os países do Sul estão se intensificando a uma grande velocidade. O centro é cada vez menos o centro e a periferia, cada vez menos a periferia. A América Latina e a Ásia estão exportando cada vez mais, assim como a África.

Desde meados desta década, um país como o Brasil mantém mais laços comerciais com os emergentes do que com qualquer outra região do mundo desenvolvido. Na América Latina, o Chile já exporta mais para a Ásia que a qualquer outra região do mundo (35% do total em 2007). Na Ásia, os países da região já fazem a maioria dos seus intercâmbios comerciais entre si (52% do total em 2007). Por décadas, o Ocidente se considerou o centro do mundo. Por décadas, temos celebrado os efeitos da globalização.

O jogo, porém, foi por muito tempo assimétrico. Agora esta assimetria está se dissipando: os vencedores da globalização são também os países do Sul. Talvez nem todos no Ocidente comemorem esta notícia com champagne. É possível que os motivos de comemoração se mantenham ocultos por reações protecionistas. Apesar disso, como diz o filósofo alemão Karl Popper, vale a pena continuar apostando na busca de um mundo melhor. E este que desponta, para as economias emergentes, sem dúvida será.

Javier Santiso é diretor e economista-chefe do Centro de Desenvolvimento da OCDE.